REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO¹

Luiz Fernando de Paula Maria Beatriz Leme Marques

A consolidação bancária – entendida como o processo resultante de uma fusão ou uma aquisição, seja dentro de um setor da indústria financeira ou entre setores, que em geral reduz o número de instituições e aumenta seu tamanho, assim como o grau de concentração de mercado – é um fenômeno que vem ocorrendo em vários países do mundo. A maior evidência empírica deste processo é o acentuado crescimento de fusões e aquisições financeiras nos anos noventa nos países desenvolvidos e em alguns países emergentes, em termos de número, tamanho e valor de negócios.² A desregulamentação dos serviços financeiros em nível nacional, a maior abertura do setor bancário à competição internacional, o desenvolvimento tecnológico em telecomunicações e informática, com impacto sobre o processamento das informações e sobre os canais alternativos de entrega de serviços (ATM's, Internet, banco eletrônico etc.), e, por último, as mudanças na estratégia gerencial das instituições financeiras as têm empurrado para um acelerado processo de consolidação.

No Brasil isto vem ocorrendo com intensidade sobretudo a partir de 1995, em função da estabilização de preços, da recente entrada de bancos estrangeiros no país, da privatização de bancos estaduais e da adesão do país aos Acordos da Basiléia, entre outros motivos. Este movimento também deve ser entendido no contexto do processo de reestruturação bancária mundial, que tem levado à expansão internacional de alguns conglomerados financeiros.

Este artigo objetiva analisar as *causas* e as *conseqüências* da consolidação bancária no Brasil, procurando avaliar as especificidades do processo à luz da experiência internacional. Em particular, mostraremos que, ainda que o Brasil venha seguindo, em algum grau, as tendências da consolidação bancária mundial e dos países emergentes, há especificidades importantes neste processo, como atesta a vigorosa reação dos grandes bancos privados nacionais à penetração dos bancos estrangeiros.

O estudo está dividido em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na Seção 1 analisamos algumas motivações e padrões da con-

economia brasileira.indd 201 7/11/2006 17:26:36

Agradecemos o apoio do PRONEX / CNPq / FAPERJ e a assistência de pesquisa de Fábio Barcellos (PIBIC / CNPq).

^{2.} Segundo relatório do Group of Ten (2001:33-34), que inclui análise e dados da consolidação bancária em doze países (G10 mais Espanha e Austrália), nos anos noventa foram registradas mais de 7.300 operações de F&As entre instituições financeiras, totalizando um valor em torno de USD 1,6 trilhão. Este rápido crescimento, que se acelerou nos últimos três anos da década, foi acompanhado de um aumento no tamanho estimado da transação média em termos de ativos.

solidação bancária recente, e na Seção 2 efetuamos um breve panorama da consolidação bancária no mundo. Na Seção 3, por sua vez, examinamos as "forças da mudança" deste processo no Brasil, enquanto que seus impactos são avaliados na Seção 4. Finalmente, analisamos algumas especificidades do caso brasileiro, à guisa de conclusão.

1. MOTIVOS E PADRÕES DE CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA

1.1. MOTIVAÇÕES MICROECONÔMICAS³

Fusões e aquisições (F&As) são métodos de consolidação em que uma mudança no controle acionário ocorre por meio da transferência de dono, ou seja, transferência de controle corporativo. Como observado pelo IMF (2000:142), a consolidação bancária aumenta o tamanho médio das instituições financeiras e permite, em tese, que explorem economias de escala, economias de escopo e as chamadas economias de rendas. Neste contexto, algumas questões se colocam: o tamanho importa para um banco? Qual a *rationale* da recente onda de F&As bancárias?

Santomero e Eckles (2000) e Group of Ten (2001), além de outros trabalhos, discutem tais questões. O benefício das economias de escala e de escopo alegado está relacionado ao possível aumento na *eficiência de custo*. A idéia básica é que a emergência de grandes firmas financeiras permita que os custos sejam diminuídos *se* economias de escala ou de escopo forem relevantes e *se* o âmbito da expansão estiver dentro do espectro em que possam ser alcançados.

Economias de escala existem quando o custo médio é decrescente em escala numa extensão relevante no momento em que o produto está expandindo, tornando as grandes instituições mais eficientes. Algumas linhas de negócios se beneficiam da escala, enquanto outras não. Exemplos de ganhos potenciais de escala na atividade bancária incluem rede física de distribuição de agências, infra-estrutura de software e sistemas de distribuição eletrônica. A literatura referente a economias de escala é inconclusiva a respeito dos custos e benefícios de ser grande, pois os resultados dependem do período analisado e/ou do tamanho médio da instituição financeira. Entretanto, muitos estudos usam dados sobre instituições dos anos oitenta. É possível que o progresso tecnológico recente (devido ao uso da Internet, às centrais de telefone, às inovações na tecnologia de pagamento etc.) tenha aumentado as economias de escala na produção de serviços bancários, criando oportunidades para

economia brasileira.indd 202 7/11/2006 17:26:36

^{3.} Esta seção é baseada em Paula, 2002b.

^{4.} Um relatório do European Central Bank destaca que na indústria financeira há mais altas expectativas de economias de escala que as encontradas em vários estudos acadêmicos. Esta discrepância entre a literatura econômica e a indústria financeira pode ser resultante da "dificuldade de encontrar estimativas confiáveis de economias de escala, particularmente no modo de olhar para frente (forward-looking) e predizer as causas para a atual reestruturação desta indústria" (2000:22).

aprimorar a eficiência de escala em custos por meio da consolidação, mesmo em instituições maiores.

Economias de escopo existem quando o custo médio cai por conta do fato de que mais itens são produzidos em conjunto ao invés de separadamente, isto é, quando as despesas podem ser diminuídas se a firma oferecer vários produtos a um custo mais baixo que no caso de empresas que, competindo separadamente, coloquem à disposição o mesmo conjunto de produtos. Portanto, há benefícios competitivos na venda de um conjunto mais amplo de produtos. A maioria dos estudos empíricos tem encontrado pouca evidência de economias significativas de escopo dentro das indústrias bancária, de seguro e de títulos.

Santomero e Eckles (2000) ressaltam que o ganho real da distribuição multiproduto pode não estar na produção de eficiências de custo, e sim no serviço ao cliente, naquilo que denominam *economia de consumo* ou *de rendas*, derivada do potencial de vendas cruzadas de uma firma financeira que produz diferentes produtos e serviços (produtos bancários, seguro e gerenciamento de fundos). O resultado será um rendimento maior e um melhor retorno por segmento de cliente, se os consumidores dos serviços financeiros acharem mais vantajoso comprar diferentes produtos de um mesmo provedor. Assim, os bancos podem aumentar seus lucros sem qualquer aprimoramento em sua eficiência operacional.

Se não há evidências conclusivas de que as F&As permitam aos bancos obter benefícios significativos de economias de escala ou de escopo, qual seria a racionalidade das F&As bancárias? Dymski (1999) sustenta que a recente onda de F&As ocorrida nos países da OCDE foi motivada pelo desejo dos bancos de aumentar seu "poder de monopólio" e, desta forma, o *mark up* sobre a taxa de juros básica da economia, fixada pelo banco central. De acordo com o autor (1999:65), "fusões podem ser desejáveis caso possam aumentar a capacidade do banco comprador de incrementar seus lucros, independente dos efeitos que venham a eventualmente ter sobre a eficiência operacional". Se for aceito que existe algum suporte para a hipótese que relaciona poder de mercado e lucros no mercado bancário, este resultado pode sugerir que bancos usem F&As como uma forma de obter poder de mercado, de modo a acentuar sua habilidade de gerar lucros.

1.2. PADRÕES DE CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA

De forma geral, F&As podem ser divididas em quatro tipos, como descrevemos abaixo, F&As bancárias domésticas, F&As bancárias internacionais, conglomerações domésticas e conglomerações internacionais (European Central Bank, 2000:10-16):

(I) F&As bancárias domésticas são operações entre instituições bancárias localizadas num mesmo país e que têm como motivação principal a busca

economia brasileira.indd 203 7/11/2006 17:26:36

- por economias de escala, quando realizadas por instituições de pequeno e médio portes. Quando ocorre, porém, entre instituições maiores, refletem, além da busca por eventuais economias de escala, a necessidade de crescimento que permita um reposicionamento no mercado, isto é, aumento do poder de mercado;
- (II) F&As bancárias internacionais são operações entre instituições bancárias de países diferentes. Existe a mesma motivação de crescimento, mas agora em nível regional ou mundial. Além disso, também podem ser motivadas pela estratégia de poder servir a clientes no exterior ou de diversificação e busca de novos mercados lucrativos;
- (III) conglomerações financeiras domésticas são operações que geram conglomerados financeiros, abrangendo diferentes setores da indústria, realizadas por instituições bancárias e não-bancárias de um mesmo país. Sua principal motivação é a busca por economias de escopo e, com isto, a diversificação de risco e de rendimento;
- (IV) conglomerações financeiras internacionais são operações realizadas como as conglomerações financeiras domésticas, com as mesmas motivações, só que por instituições de países diferentes.

Uma outra taxonomia utilizada para a consolidação bancária, sugerida por Hawkins e Mihaljek (2001:17-22), é a de *identificação do padrão e da causa da consolidação*, que pode ser dividida em três grupos: consolidação dirigida pelo mercado, consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis e consolidação dirigida pelo governo:

- (I) consolidações dirigidas pelo mercado são aquelas que ocorrem após a desregulamentação dos mercados domésticos, a abertura da competição externa e os avanços tecnológicos na indústria bancária, resultando em maior competitividade no setor e conseqüente redução nas margens líquidas de lucro dos bancos. Nelas o setor bancário responde às pressões competitivas, buscando uma diminuição nos custos operacionais, de modo a obter ganhos de escala e de rendas, e diversificando as atividades e os riscos, com vistas a lograr economias de escopo. Na grande maioria dos casos, este tipo de consolidação ocorre em países de economias maduras;
- (II) a consolidação como resposta a estruturas bancárias ineficientes ou frágeis foi característica da América Latina nos anos noventa. Apesar da existência de experiências bastante variadas de consolidação, sendo ou não dirigidas pelo governo, a maioria daquelas que aconteceram nesta região é uma resposta à relativa ineficiência do setor e/ou à existência de estruturas bancárias frágeis, decorrentes de crises resultantes do impacto do efeito Tequila sobre o sistema financeiro doméstico em 1995. As ineficiências apontadas são resultado da baixa competitividade destes mercados e do

economia brasileira.indd 204 7/11/2006 17:26:37

relativo atraso com relação às tecnologias, tanto de produtos quanto de comunicação;

(III) a consolidação dirigida pelo governo aconteceu, em sua maioria, na Ásia. Trata-se da intervenção direta das autoridades para promover a consolidação por meio de incentivos que estimulem F&As e para facilitar a entrada de bancos estrangeiros. Foi motivada em alguns países asiáticos, principalmente, pela necessidade de fortalecimento do setor, de adequação de capital dos bancos e para promover a viabilidade financeira de bancos menores, muitos deles familiares, afetados pela crise de 1997-1998. No caso de países em transição do Leste Europeu, a consolidação foi motivada pela privatização de bancos estatais.

De acordo com Hawkins e Mihaljek (2001:17), a consolidação dirigida pelo mercado é um fenômeno relativamente novo em economias emergentes e tem sido observada recentemente na Europa Central. Em outras palavras, este tipo de consolidação foi, na grande maioria, observada em mercados maduros. Em países emergentes, a maioria das F&As do sistema financeiro foi resultado de esforços do governo para reduzir as ineficiências do setor, ou de intervenções após as crises bancárias. Com o aumento da competição causada pela desregulamentação, pela privatização e pela entrada de bancos estrangeiros, a consolidação se torna, cada vez mais, dirigida pelo mercado.

2. BREVE PANORAMA DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO MUNDO

2.1. CAUSAS DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA

Esta seção apresenta uma sucinta descrição, a partir da literatura econômica, das principais causas da consolidação da indústria bancária no mundo. Uma causa freqüentemente apontada é o *desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações*, visto que para o setor bancário a velocidade das informações e a acessibilidade a estes recursos geraram novas oportunidades de ganho e novos negócios bancários.

Estas transformações, em particular, beneficiaram as instituições financeiras⁵ por meio (I) de mudanças na capacidade de distribuição de produtos e serviços, levando à possibilidade de atendimento de um maior número de clientes e à cobertura de áreas maiores com custos bem menores; (II) da criação de novos produtos e serviços financeiros e de maior acessibilidade ao cliente para desenvolver operações globais, minimizando os riscos operacionais deste tipo de transação; (III) da possibilidade de oferecimento de produtos e serviços que antes não cabiam a determinada categoria de instituição; (IV)

economia brasileira.indd 205 7/11/2006 17:26:37

^{5.} Cf. Group of Ten, 2001:71-72.

^{6.} Os bancos passaram, por exemplo, a oferecer serviços de firmas seguradoras, enquanto as insti-

de produtos financeiros mais facilmente padronizados e oferecidos de modo a se adequarem ao perfil de risco de cada cliente, mesmo os de pequeno porte; e (V) do fornecimento de serviços pelos canais de entrega eletrônica, que, assim, em nível do varejo passou a tirar vantagem do nome do banco e de sua base de dados de clientes, sem a necessidade de sua presença física nas agências.⁷

Além disso, a desregulamentação dos mercados domésticos e a maior abertura para a competição estrangeira tornaram, em tese, mais contestáveis os mercados financeiros em economias maduras e levaram à necessidade de ajuste das instituições financeiras em economias emergentes. A abertura dos mercados domésticos foi, de certo modo, a resposta das autoridades governamentais de alguns países aos avanços tecnológicos e às crises bancárias da década de noventa. Esta medida foi tomada para que houvesse o fortalecimento do setor no âmbito doméstico, porém a participação dos bancos estrangeiros na recente crise argentina está levando a um questionamento de sua eficiência. Métodos regulatórios mais tradicionais foram substituídos por um sistema baseado na busca de maior aproveitamento de eficiência por meio da competição. Já a desregulamentação dos mercados domésticos fez parte de um processo de liberalização financeira que ocorria desde o final dos anos setenta, estimulado inicialmente pela adoção de políticas neoliberais implantadas nos EUA e no Reino Unido. Recentemente, a desregulamentação financeira tomou força entre os norte-americanos e no âmbito da União Européia (UE).

Por fim, também houve *mudanças no comportamento ou nas estratégias corporativas dos bancos*. De um lado, a crescente pressão para a manutenção de seus clientes gerou a necessidade de fontes alternativas de *funding* e de maior diversificação de seus riscos. De outro, há uma nova ênfase no retorno ao acionista (*shareholder value*). O aumento da competitividade levou a uma queda das margens de lucro, como será visto abaixo, e gerou um aumento considerável nas pressões dos acionistas para o aumento da lucratividade. Com isto, os bancos tiveram de buscar fontes alternativas de *funding* nos mercados domésticos e estrangeiros, incentivando a consolidação.

2.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS

DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NOS PAÍSES DA OCDE

Como já assinalado, a consolidação bancária nos países da OCDE pode ser caracterizada como um padrão de "consolidação dirigida pelo mercado", em que as F&As bancárias vêm ocorrendo como resultado da desregulamentação dos mercados domésticos, da abertura à competição externa e dos avanços tecnológicos.⁸

tuições não-bancárias começaram a enveredar em atividades tradicionalmente bancárias.

economia brasileira.indd 206 7/11/2006 17:26:37

^{7.} Para o mercado bancário varejista ainda é muito importante a presença física do cliente na agência, mas ainda assim derrubou-se a barreira relacionada ao fornecimento de serviços financeiros diversificados.

^{8.} De acordo com o BIS (1996:83), "o levantamento dos constrangimentos sobre os balanços, a taxa de juros e comissões, a redução nas barreiras geográficas e funcionais e os avanços tecnológicos têm

Países em que predominavam sistemas financeiros segmentados, novas instituições financeiras (por exemplo, instituições de poupança) e não-financeiras (como grandes lojas de varejo e firmas de cartão de crédito) entraram no mercado de crédito comercial. Além disso, investidores institucionais têm competido com bancos para atrair as poupanças financeiras de firmas e famílias. Consequentemente, o mercado bancário está se tornando mais competitivo, uma vez que seu grau de concorrência está aumentando, diminuindo assim a vantagem de custo que os bancos tinham em adquirir fundos. Neste contexto, os bancos comerciais têm procurado diversificar suas atividades, como seguro e títulos, de modo a compensar as perdas no campo do crédito bancário e a manter sua posição destacada como intermediário financeiro. Têm dado prioridade, em particular, a serviços financeiros que geram rendas (underwriting, administração de fundos de pensão, assessoria em F&As de firmas, administração de portfólio das firmas etc.) e a atividades fora do balanço, como aceite bancário, securitização e derivativos. Por conta disso, em vários países desenvolvidos há uma clara tendência de crescimento na participação relativa das receitas não-juros no total do resultado bruto dos bancos.

A Tabela 1 mostra que, no período recente, a margem de juros líquida dos bancos apresenta uma tendência de declínio na maioria dos países selecionados. De fato, o generalizado aperto nas margens líquidas de juros evidencia a perda, em longo prazo, de lucratividade nas atividades tradicionais de intermediação. Como esta margem tem estado sujeita a pressões competitivas cada vez maiores, o que gera um declínio nos fluxos de ganhos em relação aos custos, os bancos têm crescentemente buscado aumentar suas rendas não-financeiras como fonte de receitas, em particular tarifas e comissões. Por outro lado, por causa da pressão por canais alternativos de *funding* e também da pressão de outros bancos domésticos e estrangeiros, existe uma crescente ênfase no retorno aos acionistas como o principal objetivo dos negócios bancários. De maneira a alcançar tal objetivo, os bancos estão cortando custos operacionais, concentrando suas atividades num conjunto de produtos e serviços que geram taxas de retorno mais altas e, ao mesmo tempo, expandindo suas atividades dentro e fora das fronteiras nacionais. Como resultado, a lucratividade dos maiores bancos tem se mantido elevada num importante grupo de países, como EUA, Reino Unido e França (ver Tabela 1).

economia brasileira.indd 207 7/11/2006 17:26:37

desencadeado forças nunca antes vistas trabalhando por uma maior reestruturação e consolidação da indústria bancária".

^{9.} As receitas não-juros como percentuais da receita total dos bancos cresceu de 24% nos EUA, 16% na França, 29% no Reino Unido e 22% no Canadá, em média, em 1980-1982, para 35%, 46%, 43% e 36%, respectivamente, em 1992-1994, contudo mantendo-se estável na Alemanha e na Itália (BIS, 1996:82).

Tabela 1 Lucratividade dos maiores bancos em países desenvolvidos (como percentagem da média do total de ativos)

| País | Lucro | antes do | Lucro antes dos impostos* | *so | Provisão p duvidosos | ão para c sos | Provisão para devedores duvidosos | S | Margei | m de jurc | Margem de juros líquida | в | Custos | Custos operacionais | onais | |
|-------------|-------|----------|---------------------------|-------|-------------------------|------------------|--------------------------------------|------|--------|-----------|-------------------------|------|--------|---------------------|-------|------|
| | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 | 1997 | 1999 | 2001 | 2003 |
| EUA | 1,77 | 2,17 | 1,52 | 2,04 | 0,39 | 0,44 | 69,0 | 0,44 | 3,19 | 3,34 | 3,11 | 2,99 | 3,62 | 3,84 | 4,03 | 3,41 |
| Canadá | 1,24 | 1,17 | 0,91 | 1,00 | 0,20 | 0,24 | 0,41 | 0,23 | 2,24 | 1,94 | 1,96 | 1,99 | 2,55 | 2,59 | 2,84 | 2,78 |
| Japão | 0,00 | 0,42 | 69'0- | 0,07 | 0,92 | 06,0 | 1,15 | 0,20 | 1,28 | 1,14 | 1,01 | 0,55 | 1,13 | 68,0 | 1,01 | 08,0 |
| Austrália | 1,63 | 1,72 | 1,47 | 1,49 | 0,18 | 0,24 | 0,27 | 0,21 | 3,09 | 2,72 | 2,22 | 2,13 | 2,88 | 2,55 | 2,15 | 2,30 |
| Alemanha | 0,36 | 0,43 | 0,14 | -0,20 | 0,27 | 0,28 | 0,24 | 0,28 | 1,23 | 0,95 | 06,0 | 62,0 | 1,71 | 1,65 | 1,77 | 1,66 |
| Reino Unido | 66'0 | 1,43 | 1,24 | 1,22 | 0,21 | 0,33 | 0,32 | 0,32 | 2,16 | 2,30 | 2,04 | 1,82 | 2,72 | 2,40 | 2,38 | 2,12 |
| França | 0,37 | 69,0 | 0,67 | 0,58 | 0,30 | 0,2 | 0,16 | 0,18 | 1,07 | 1,14 | 0,65 | 0,91 | 1,43 | 1,85 | 1,50 | 1,55 |
| Itália | 0,02 | I | 06,0 | 0,81 | 0,75 | ı | 0,53 | 0,51 | 2,03 | I | 2,21 | 2,05 | 2,36 | ı | 2,42 | 2,52 |
| Espanha | 66,0 | 1,21 | 1,20 | 1,27 | 0,36 | 0,33 | 0,56 | 0,44 | 2,66 | 2,62 | 2,92 | 2,38 | 2,68 | 2,65 | 2,61 | 2,12 |
| Suíça | 0,11 | 0,82 | 0,41 | 0,63 | 0,29 | 0,12 | 0,10 | 0,03 | 0,85 | 0,70 | 89,0 | 0,88 | 2,06 | 2,55 | 2,83 | 2,03 |
| Suécia | 0,81 | 0,84 | 0,83 | 0,77 | 0,11 | 0,01 | 0,10 | 0,10 | 1,83 | 1,27 | 1,50 | 1,44 | 1,61 | 1,50 | 1,53 | 1,37 |

Fonte: BIS, 1999, 2001, 2003 e 2004.

economia brasileira.indd 208 7/11/2006 17:26:37

^{*} Lucro antes do imposto.

Algumas tendências gerais de reestruturação da indústria bancária a partir da década de oitenta nos países desenvolvidos incluem, além do declínio nas margens líquidas de intermediação financeira dos maiores bancos e do aumento da importância das receitas não-juros, os seguintes aspectos: (I) o número de instituições depositárias tem declinado, ao mesmo tempo em que seu tamanho médio tem crescido, levando a um aumento da concentração bancária na maioria dos países, e (II) as despesas de pessoal têm declinado em todos os países e, em menor extensão, a rede de agências bancárias também encolheu.¹⁰

O processo de consolidação tem sido desigual entre os países e também entre os diferentes segmentos do sistema financeiro. Tanto os níveis de atividades de F&As como percentagem do PIB quanto suas tendências de número e tamanho têm variado de país para país. Em especial, o processo de reestruturação bancária na maior parte da Europa continental e no Japão tem ficado atrás dos países de língua inglesa. Por outro lado, enquanto as instituições financeiras no Japão e nos EUA têm focado suas negociações de F&As no mercado doméstico, em outros países, como a Bélgica, as transações internacionais têm sido mais freqüentes.

2.3. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DOS PAÍSES EMERGENTES

Para iniciar a análise das especificidades da consolidação em países emergentes, é importante fazer a distinção do processo que ocorre em mercados maduros (EUA, União Européia e Japão) e em mercados emergentes (Ásia, América Latina e Europa Oriental). Apesar de as mesmas forças estarem orientando a consolidação em ambos os mercados, há algumas diferenças importantes a destacar:

(I) F&As entre fronteiras (entre instituições de diferentes países) são exceção em economias maduras e regra em mercados emergentes. Nestes se observou o aumento da participação de instituições estrangeiras no market share doméstico, o que é bem menos freqüente nos países de economias maduras, pois neles a consolidação bancária surgiu como um processo de resposta à desregulamentação e à maior competição no mercado interno. Assim, as F&As nos mercados maduros foram direcionadas para as instituições domésticas.¹² Nos mercados emergentes, por outro lado,

economia brasileira.indd 209 7/11/2006 17:26:38

^{10.} Cf. BIS, 1999.

^{11.} Segundo dados do Group of Ten (2001), os EUA computaram cerca de 55% de todas as F&As realizadas na década de noventa, o que se deveu, em parte, ao grande número de pequenas e médias instituições envolvidas nessas atividades.

^{12.} Por exemplo, nos EUA existia uma histórica segmentação do mercado financeiro que, com a queda das barreiras regulatórias, pôde surgir, pouco a pouco, por meio de F&As, como bancos que

- a existência de F&As envolvendo instituições estrangeiras foi entendida, em vários casos, como um meio para estimular os canais de entrada de fluxos de capitais e fortalecer o mercado financeiro doméstico, que se viu palco de várias crises bancárias nos anos noventa;
- (II) em mercados maduros a consolidação bancária tem servido, principalmente, para aumentar a eficiência ou o poder de mercado, e em países emergentes é uma maneira de resolver crises financeiras, conforme observado anteriormente. Assim, em mercados maduros constatou-se que a resposta para a consolidação vem da busca de economias de escala, de escopo e de rendas, além de um melhor posicionamento dos bancos nacionais no mercado doméstico. Já a consolidação em países emergentes veio, mais uma vez, da necessidade do setor bancário de enfrentar as crises bancárias que afetaram suas economias;
- (III) em mercados emergentes observou-se, na grande maioria dos casos, a consolidação dirigida pelo governo, enquanto em mercados maduros tem-se a consolidação dirigida pelo mercado, como já foi visto.

Duas importantes características que distinguem a consolidação bancária em mercados emergentes são os grandes distúrbios que as crises bancárias causaram e as privatizações que vieram como resposta. Houve algumas crises durante a década de noventa após a desregulamentação bancária. Acrescentamos que a atuação dos bancos públicos caiu consideravelmente na década passada nos mercados emergentes, em que na maioria dos casos a participação no mercado, em termos de depósitos e empréstimos, era de mais da metade no final da década de oitenta, caindo uma década depois para 20% na Europa Central e para 15% na América Latina (Hawkins e Mihaljek, 2000:7).

Dentro do padrão de consolidação dos mercados emergentes há especificidades dos diferentes países e das diferentes regiões analisadas, dentre as quais cabe destacar (IMF, 2001:126-131):

- (I) na Ásia as consolidações aconteceram após as crises financeiras de 19971998 e foram em sua maioria dirigidas pelo governo, com exceção de Hong
 Kong e Singapura, que saíram relativamente ilesos desta fase e passam
 por um tipo de consolidação mista. Embora o número de instituições
 bancárias tenha diminuído nos principais países emergentes asiáticos,
 este movimento não foi acompanhado de um aumento na concentração
 bancária, que, pelo contrário, tendeu a se desconcentrar (ver Tabela 2);
- (II) na América Latina o processo de consolidação tem sido mais avançado entre os países emergentes, como resultado da ocorrência de crise financeira e da entrada de bancos estrangeiros nestes mercados. Desta forma,

pudessem atuar em território nacional norte-americano e/ou como banco universal. Esta etapa da consolidação é bastante recente e pode ter tirado o foco dos bancos americanos para aquisições fora do país.

economia brasileira.indd 210 7/11/2006 17:26:38

Tabela 2 Concentração bancária nos países emergentes selecionados, 1994 e 2000

| | | 1994 Participação no total dos depósitos (%) | o total %) | | | 2000 Participação no total dos depósitos (%) | o total %) | |
|------------------|----------------------------|--|-----------------------|---------------------|----------------------------|--|-----------------------|---------------------|
| | Número de bancos (1994) | Três maiores bancos | Dez maiores bancos | fndice HH (1994) | Número de bancos (2000) | Três maiores bancos | Dez maiores bancos | Índice HH (2000) |
| Ásia | | | | | | | | |
| Coréia | 30 | 52,8 | 86,9 | 1263,6 | 13 | 43,5 | 77.7 | 2,668 |
| Malásia | 25 | 44,7 | 78,3 | 918,9 | 10 | 43,4 | 82,2 | 1005,1 |
| Filipinas | 41 | 39,0 | 80,3 | 819,7 | 27 | 39,6 | 73,3 | 789,9 |
| Tailândia | 15 | 47,5 | 83,5 | 1031,7 | 13 | 41,7 | 79,4 | 854,4 |
| América Latina | | | | | | | | |
| Argentina | 206 | 39,1 | 73,1 | 756,9 | 113 | 39,8 | 80,7 | 865,7 |
| Brasil | 245 | 49,9 | 78,8 | 1220,9 | 193 | 55,2 | 85,6 | 1278,6 |
| Chile | 37 | 39,5 | 79,1 | 830,4 | 29 | 39.5 | 82,0 | 857,9 |
| México | 36 | 48,3 | 80,8 | 1005,4 | 23 | 56,3 | 94,5 | 1360,5 |
| Venezuela | 43 | 43,9 | 78,6 | 979,2 | 42 | 46,7 | 75,7 | 923,1 |
| Europa Central | | | | | | | | |
| República Tcheca | 55 | 72,0 | 97,0 | 2101,5 | 42 | 69,7 | 90,3 | 1757,8 |
| Hungria | 40 | 57,9 | 84,7 | 1578,8 | 39 | 51,5 | 80,7 | 1241,2 |
| Polônia | 82 | 52,8 | 86,9 | 1263,6 | 77 | 43,5 | 77,7 | 2,668 |
| | | | | | | | | |

Fonte: IMF, 2000:127.

economia brasileira.indd 211 7/11/2006 17:26:38

- houve grande envolvimento do governo na condução da consolidação bancária logo após a crise de 1994-1995, mas no final da década este processo se apresentou relativamente mais a cargo das forças de mercado. Na América Latina, ao contrário dos principais países emergentes da Ásia e da Europa Central, a redução no número de instituições bancárias veio, em geral, acompanhada de uma acentuada concentração;
- (III) na Europa Central, os sistemas bancários eram muito mais concentrados que os dos outros países emergentes analisados, por conta do legado da época da "cortina de ferro", quando existia um grande banco estatal que concentrava uma enorme fatia das poupanças e dos depósitos. Por isso houve uma queda da concentração no início da segunda metade dos anos noventa, visto que estes países adotaram políticas de liberalização do mercado, fazendo com que um grande número de novas instituições ingressassem nele na primeira metade da mesma década.

3. AS "FORÇAS DA MUDANÇA" DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Esta seção tem por objetivo analisar os principais fatores que levaram ao desenvolvimento do processo de consolidação bancária no Brasil, fenômeno que se deve a um conjunto de fatores que influenciaram a reestruturação do setor bancário brasileiro: o processo de estabilização de preços decorrente da implementação do Plano Real, o programa de privatizações dos bancos estaduais, a abertura ao capital estrangeiro e a adequação dos bancos aos Acordos da Basiléia.

3.1. PLANO REAL E ESTABILIZAÇÃO DE PREÇOS

No período anterior ao Plano Real, em que o país vivia um contexto de alta inflação, nosso sistema bancário obteve elevados índices de rentabilidade, apropriando-se das receitas obtidas por meio dos ganhos com a "arbitragem inflacionária do dinheiro", relacionados tanto aos lucros com o *float* quanto aos elevados *spreads* na intermediação financeira. Os ganhos com o *float* eram obtidos basicamente com a manutenção do passivo dos bancos de saldos não-remunerados que, aplicados em títulos públicos indexados, rendiam, no mínimo, algo próximo da correção monetária. Como pode ser visto na Tabela 3, tais receitas representavam, em média, 38,5% do valor da produção dos bancos (diferença entre juros recebidos e pagos) no período 1990-1993, sendo relativamente mais importantes para as instituições públicas que para os bancos privados.

Com a implantação do Plano Real e o decorrente processo de estabilização de preços, houve a necessidade de reestruturação do setor e a adequação ao novo ambiente. As rendas advindas do *floating* caíram para zero em 1995. Com a conseqüente remonetização da economia e com o crescimento do consumo resultante da queda da inflação, os bancos puderam obter receitas

economia brasileira.indd 212 7/11/2006 17:26:38

da intermediação financeira por meio do aumento do crédito, que cresceu ao longo de 1994,¹³ e da cobrança de tarifas sobre os serviços bancários, que foi significativamente liberalizada.

Em suma, com o Plano Real e a reversão da trajetória inflacionária ocorreu o fim das oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos. O sistema bancário entrou, então, numa fase de adaptação e ajustamento a este novo ambiente, que englobou, além de uma mudança em seu padrão de rentabilidade, um ajuste em sua estrutura patrimonial e operacional, incluindo um processo de fusões e incorporações.

Tabela 3 Brasil: receitas inflacionárias das instituições bancárias (%)

| | Receitas ir | nflacionárias | / PIB | Receitas inf | lacionárias / p | rodução imputada |
|------|-------------|---------------|----------------------|--------------|-----------------|----------------------|
| Ano | Privado | Público | Privado + público | Privado* | Público | Privado + público |
| 1990 | 1,4 | 2,6 | 4,0 | 31,3 | 38,7 | 35,7 |
| 1991 | 1,4 | 2,4 | 3,9 | 34,7 | 46,5 | 41,3 |
| 1992 | 1,7 | 2,3 | 4,0 | 31,3 | 55,5 | 41,9 |
| 1993 | 1,6 | 2,7 | 4,2 | 19,6 | 67,7 | 35,3 |
| 1994 | 0,7 | 1,3 | 2,0 | 11,1 | 38,4 | 20,4 |
| 1995 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | -0,9 | 2,5 | 0,6 |

Fonte: IBGE / DECNA, 1997:44-46.

Obs.: os resultados apurados (e a produção imputada) referem-se às receitas inflacionárias apuradas para os segmentos *bancos comerciais* (incluindo caixas econômicas) e *bancos múltiplos*.

3.2. PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS

O mecanismo utilizado pelo governo federal para a privatização dos bancos estaduais foi o PROES, programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal, implementado em função dos problemas que vinham ocorrendo com vários bancos estaduais. Antes mesmo das dificuldades enfrentadas por bancos estatais com o Plano Real e o fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, já era questionado o papel do Estado no sistema financeiro, em particular dos bancos estaduais, ¹⁴ apesar dos ar-

economia brasileira.indd 213 7/11/2006 17:26:38

^{*} Os resultados negativos encontrados para os bancos privados em 1995 resultam do forte aperto da política monetária naquele ano, traduzido num maior volume de recolhimento compulsório.

^{13.} Este processo é revertido a partir de 1995, em função do *distress* bancário ocorrido com o forte aperto da política monetária naquele ano. Ver, a respeito, a Seção 3.4.

^{14.} Um dos problemas apontados foi a obtenção, por parte dos governos estaduais, de empréstimos dos próprios bancos locais, levando a seu enfraquecimento e à pouca eficiência no que se refere à análise de crédito, já que os governos não davam garantias e muitas vezes eram inadimplentes.

gumentos favoráveis que colocavam a necessidade da correção de distorções do mercado em relação ao crédito. Assim, o principal objetivo do programa foi reduzir a participação dos bancos estatais (leia-se estaduais) no sistema bancário brasileiro, dentro de um contexto mais amplo de ajuste fiscal dos estados e de reestruturação da dívida pública.

Sob os arranjos do PROES, o governo federal tem financiado a reestruturação dos bancos estaduais. Os depósitos estavam protegidos, porém existia a diretriz governamental de transferência do controle estatal para o setor privado, ou da mudança da natureza do banco (banco de fomento). As principais resoluções que faziam parte do programa, por meio da Medida Provisória 1.514, de agosto de 1996, eram três: (I) 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foram condicionados ou à privatização das instituições ou à sua transformação em agências de fomento ou, ainda, à sua liquidação; (II) a ajuda federal estaria limitada a 50% dos recursos necessários caso não houvesse a transferência do controle acionário ou a transformação em agências de fomento (os outros 50% ficariam a cargo dos governos estaduais); e (III) as garantias apresentadas pelos estados, no caso de ajuda federal, deveriam ser apropriadas ao montante do empréstimo, que em caso de inadimplência os estados autorizariam o saque, por parte dos credores, dos montantes correspondentes de suas contas bancárias depositárias (Puga, 1999:424).¹⁵

Na data do estabelecimento do PROES, agosto de 1996, o sistema público estadual era composto por trinta e cinco instituições, sendo vinte e três bancos comerciais ou múltiplos. Dos trinta e cinco bancos estaduais existentes em 1996, dez foram extintos, seis privatizados pelos governos estaduais, sete federalizados para posterior privatização, cinco reestruturados com recursos do PROES e apenas três que não participaram do programa, conforme dados de julho de 1998 (Puga, 1999:430). É importante ressaltar que as privatizações tiveram, na grande maioria (a compra do Banespa pelo Santander é uma importante exceção), a participação dos bancos nacionais na aquisição dos bancos estaduais saneados (ver Tabela 4), e acabaram por contribuir para uma diminuição no número dos bancos e para um aumento na concentração bancária do país.

economia brasileira.indd 214 7/11/2006 17:26:39

^{15.} O financiamento do governo teria prazo de trinta anos e taxas de juros correspondentes à variação do IGP-DI, acrescida de 6% ao ano, com pagamentos efetuados mensalmente. A partir de julho de 1998 (MP 1.702-26), os estados somente, e tão-somente, poderiam dispor dos recursos do PROES se passassem o controle das instituições ao governo federal, que, depois do saneamento, deveria necessariamente privatizá-las ou extingui-las.

| Data | Instituição privatizada | Instituição compradora | Valor (R\$ milhões) | Ágio (%) |
|------------|----------------------------|---------------------------|---------------------|----------|
| 26.06.1997 | Banerj | Itaú | 311 | 0,3 |
| 07.08.1997 | Credireal | BCN | 127 | 5,2 |
| 04.12.1997 | Meridional | Bozano, Simonsen | 266 | 54,0 |
| 14.09.1998 | Bemge | Itaú | 583 | 85,7 |
| 17.11.1998 | Bandepe | ABN Amro | 183 | 0,0 |
| 22.06.1998 | Baneb | Bradesco | 260 | 3,2 |
| 17.10.2000 | Banestado | Itaú | 1625 | 303,2 |
| 20.11.2000 | Banespa | Santander | 7050 | 281,1 |
| 08.11.2001 | Paraiban | ABN Amro | 76 | 52 |
| 04.12.2001 | BEG | Itaú | 665 | 121,1 |
| 24.01.2002 | BEA | Bradesco | 183 | 0,0 |
| 10.02.2004 | BEM | Bradesco | 78 | 1,1 |
| | | | | |

Tabela 4 Brasil: privatização de bancos estaduais

3.3. DESREGULAMENTAÇÃO E ABERTURA

AO CAPITAL ESTRANGEIRO

O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil foi uma das facetas mais importantes de nossa consolidação bancária, pois caracteriza um processo novo e incentivado pelo governo federal depois do *distress* bancário de 1995, fazendo parte das diversas ações para fortalecimento do setor. Além disso, deve ser entendido no contexto de uma estratégia da expansão internacional de alguns conglomerados financeiros, que ocorre nos anos noventa, tanto para países desenvolvidos quanto para os emergentes, no cenário amplo da desregulamentação financeira (Freitas, 1999).

Este processo foi iniciado pela maior abertura ao capital estrangeiro em 1995. Por meio da Exposição de Motivos nº 311, aprovada pelo presidente da República, o Ministério da Fazenda estabelecia ser de interesse nacional o ingresso ou o aumento da participação de instituições financeiras estrangeiras no sistema financeiro nacional, cujas entradas passaram a ser analisadas caso a caso. No entanto, estes ingressos estavam vinculados inicialmente à necessidade de aquisição de bancos problemáticos (Excel-Econômico e Bamerindus).

Antes da liberalização ocorrida em 1995, a legislação brasileira sobre capital no setor bancário limitava bastante a entrada das instituições financeiras estrangeiras. A Lei 4.131, de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade, segundo o qual aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil seriam aplicadas as mesmas restrições ou vedações que a legislação de seus países de origem impunham. A Lei 4.595, de 1964, estabeleceu que a entrada de instituições financeiras somente poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. O Artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 proibiu a instalação no Brasil de novas agências das instituições estrangeiras já ingressadas no país, mas manteve

economia brasileira.indd 215 7/11/2006 17:26:39

aberta a possibilidade de acesso ao mercado doméstico, uma vez que tais restrições não se aplicavam a autorizações resultantes de acordos internacionais, reciprocidade ou decisões de interesse nacional (Puga, 1999:425-426).

Podemos destacar dentre as principais aquisições feitas por bancos estrangeiros no Brasil:¹⁶ (I) a compra do Bamerindus pelo britânico HSBC, que adquiriu o controle com recursos do PROER e, com isto, foi até novembro de 1998 o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro; (II) o espanhol Santander (BSCH), já presente no país, comprou o Banco Geral do Comércio em agosto de 1997, o Noroeste em outubro de 1997, o Grupo Meridional em 2000, e logo em seguida, em novembro desse mesmo ano, o Banespa (maior aquisição bancária feita nos últimos anos), passando a ocupar a sexta colocação no *ranking* geral dos bancos; (III) o Sudameris, de controle franco-italiano, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998; (IV) o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu, em outubro de 1998, o Excel-Econômico; (V) o holandês ABN Amro Bank comprou o Banco do Estado de Pernambuco e, em novembro de 1998, o Banco Real, passando a ser o maior banco estrangeiro na época.¹⁷

Deve ser destacado, ainda, que recentemente a turbulência do mercado financeiro na América Latina e a aversão global ao risco em 2002 provocaram uma retração na expansão dos bancos estrangeiros no continente e no Brasil. Neste último caso, a tentativa de venda do Sudameris do Brasil (Grupo Intesa) ao Banco Itaú, posteriormente vendido ao ABN Amro, e a venda do BBV Banco para o Bradesco, no início de 2003, são sinais claros de que alguns bancos estrangeiros que não conseguiram criar escala suficiente para competir no varejo decidiram vender seus ativos no Brasil.

Por fim, a reação dos grandes bancos privados nacionais (em particular, Bradesco, Itaú e Unibanco) à penetração dos bancos estrangeiros, participando ativamente do processo de F&As bancárias, é uma das características mais distintas do processo de consolidação bancária no Brasil. Dentre outras, cabe assinalar a compra do Banerj, Bemge, Banestado, Banco Fiat e BBA pelo Itaú; BCN/Credireal, Boavista, Banco Ford, Mercantil de São Paulo e BBV Banco pelo Bradesco; e Nacional, Bandeirantes e Fininvest pelo Unibanco. Os bancos privados nacionais vêm desde o início participando da onda de F&As no país, com aquisições de bancos estaduais em leilões de privatização e de bancos domésticos nacionais e estrangeiros de médio porte, mantendo sua hegemonia no setor bancário brasileiro, com participação relativa de 40,8% do total de ativos em 2003 contra 20,7% dos bancos estrangeiros e 31,0% dos bancos federais (Banco do Brasil e CEF) no mesmo ano.

economia brasileira.indd 216 7/11/2006 17:26:39

^{16.} Para uma análise dos determinantes e dos efeitos da entrada de bancos estrangeiros no Brasil, ver Paula, 2002a.

^{17.} Mais recentemente, o ABN Amro adquiriu o Sudameris, passando a ser novamente o maior banco estrangeiro no Brasil.

3.4. A CRISE BANCÁRIA DE 1995-1996

E A CRISE EXTERNA DE 1997-1999

Como vimos, devido à implementação do Plano Real em julho de 1994, o sistema financeiro sofreu mudanças estruturais para adaptação ao novo ambiente de baixa inflação. Com as diversas mudanças ocorridas e posteriormente com a ameaça de crise bancária em 1995-1996, foi necessária a implementação de um programa de reestruturação do sistema financeiro. No entanto, problemas estruturais no setor só foram sentidos algum tempo depois, já que nos meses subseqüentes à implementação do Plano Real, a perda das receitas do *floating* foi parcialmente compensada pelo aumento das operações de crédito e de receitas advindas da tarifação dos serviços bancários.

No segundo trimestre de 1995, a política restritiva adotada pelo governo para combater os efeitos da crise mexicana, 18 somada a esta fase de adaptação das instituições financeiras, gerou uma forte contração no crédito e um aumento generalizado da inadimplência. A reestruturação bancária veio como resposta a este quadro de iminente crise sistêmica, que se agravou com a liquidação do Banco Econômico em agosto de 1995, necessitando da intervenção do Banco Central. Quando o Banco Nacional foi liquidado, em novembro do mesmo ano, o governo implementou um conjunto de medidas preventivas, dentre as quais se destacavam a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o incentivo a fusões e aquisições bancárias. Com base em Rocha (2001:7), podemos sumariar as principais medidas adotadas: (I) a tomada dos bancos insolventes por outras instituições; (II) a regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos, 19 com efeito retroativo ao início do Plano Real; (III) a majoração do capital mínimo para abertura de novos bancos, desestimulando o procedimento; e (IV) a expansão dos poderes do Bacen no caso de intervenção da instituição financeira. Com estas medidas mais um provisionamento de liquidez aos bancos, feito pelo Banco Central e por outros bancos federais, foi possível reverter o quadro de risco sistêmico no setor bancário brasileiro, sem problemas para os depositantes.²⁰ Algumas das principais F&As ocorridas em 1995-1997, portanto, foram realizadas com os recursos do PROER (ver Tabela 5).

economia brasileira.indd 217 7/11/2006 17:26:39

^{18.} A elevação das taxas básicas de juros de 20% ao ano para 65% ao ano provocou forte diminuição do ritmo de crescimento econômico.

^{19.} Criado para oferecer garantia a determinados créditos mantidos por correntistas ou investidores contra instituições financeiras submetidas a regime especial de liquidação extrajudicial.

^{20.} Para um aprofundamento dos motivos por que a crise bancária brasileira de 1995-1996 não configurou uma crise sistêmica do setor bancário, ver Carvalho, 1998.

Banco Banorte

Banco United

Banco Martinelli

Banco Bamerindus do Brasil

| Instituição vendida | Instituição compradora | Publicação no Diário Oficial da União |
|------------------------|---------------------------|--|
| Banco Nacional | Unibanco | 18.11.1995 |
| Banco Econômico | Banco Excel | 30.04.1996 |
| Banco Mercantil | Banco Rural | 31.05.1996 |

17.06.1996

23.08.1996

30.08.1996

02.04.1997

Banco Bandeirantes

Banco Antônio Queiroz

Banco Pontual

Tabela 5 F&As bancárias com incentivos do PROER

Fonte: Puga, 2001:8, a partir de dados do Banco Central do Brasil.

HSBC

No contexto das crises externas ocorridas em 1997 e 1998, resultado do contágio das crises asiática e russa, os bancos puderam fazer um ajuste em sua estrutura patrimonial, por meio do aumento na participação de aplicações em títulos públicos indexados ao câmbio e à taxa de *overnight* na composição do ativo, acompanhado de uma contração creditícia, o que, além de permitir uma maior flexibilidade na alocação do portfólio, proporcionou aos bancos um hedge cambial contra a possível desvalorização cambial, que de fato viria a ocorrer no início de 1999 (Paula et al., 2001). Os bancos, em seu conjunto, conseguiram se posicionar de modo defensivo e até em condições de extrair vantagem do ambiente de instabilidade macroeconômica. Esta estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu ampliar a participação dos títulos públicos pós-fixados e/ou atrelados à correção cambial em seu portfólio, alterando sua composição segundo as expectativas de curto prazo sobre o comportamento da economia brasileira. É importante entender o comportamento do setor bancário durante a crise externa de 1997-1999 e as condições em que se deu o ajustamento do setor, pois no caso brasileiro, ao contrário de outras experiências da década de noventa, o setor bancário passou incólume à crise externa, o que explica, em parte, o vigor dos bancos privados nacionais na recente onda de F&As bancárias.

3.5. EFEITOS DO ACORDO DA BASILÉIA²¹

No período posterior à implementação do Plano Real, em função dos problemas relacionados à reestruturação bancária acima assinalados, procurou-se adotar medidas prudenciais mais restritivas ao setor bancário, com vistas à sua maior solidez, o que muitas vezes entrou em conflito com o objetivo de estímulo à competitividade do setor. No caso do Brasil, os problemas bancários levaram a que se privilegiasse a solidez do sistema em detrimento dos princípios de defesa da concorrência.

economia brasileira.indd 218 7/11/2006 17:26:39

^{21.} Para maiores informações sobre o Acordo da Basiléia no Brasil, ver Puga, 1999, Seção 2.1, e Rocha, 2001.

Em função da adesão do país aos Acordos da Basiléia (Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994), o governo brasileiro estipulou que a exigência de capital mínimo seria de 8% em relação ao risco das operações ativas que teriam de reter, valor posteriormente elevado para 10% e em seguida para 11%. Esta medida dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno e médio portes, que atuavam normalmente com alavancagem maior que a das grandes instituições.

Outro importante princípio definido foi o de aumento do capital inicial para a autorização do funcionamento dos bancos, restrição essencial para a intensificação das F&As, tendo em vista que com a impossibilidade de novos aportes dos controladores restaria a solução da venda do banco, da admissão de novos sócios ou da redução das operações ativas (Rocha, 2001:11). Conforme pode ser observado na Tabela 6, os bancos brasileiros, no que concerne à exigência de capital mínimo em relação ao risco das operações ativas, possuem um perfil conservador, já que este percentual supera, com folga, os limites estipulados na adesão aos Acordos da Basiléia. Este resultado não é surpreendente, pois a aplicação em títulos públicos (que compõem boa parte das aplicações dos bancos) é considerada de risco zero para efeito do cálculo do referido índice.

Tabela 6 Índice de Basiléia dos maiores bancos privados* (%)

| Bancos | Junho / 2001 | Junho / 2002 | Junho / 2003 | Junho / 2004 |
|-------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Bradesco | 13,3 | 14,3 | 16,4 | 18,1 |
| Itaú | 14,2 | 15,7 | 17,1 | 19,8 |
| Unibanco | 14,4 | 13,4 | 16,7 | 16,7 |
| Santander Banespa | 11,8 | 13,6 | 16,4 | 16,4 |
| ABN Amro | 21,5 | 15,0 | 14,6 | 18,4 |
| Safra | 13,7 | 12,1 | 13,2 | 13,8 |
| HSBC | 12,6 | 12,3 | 12,3 | 13,2 |
| Citibank | 11,7 | 14,7 | 14,5 | 15,8 |
| Votorantim | 13,7 | 15,4 | 20,1 | 19,9 |
| Bankboston | 11,02 | 11,9 | 16,9 | 23,9 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

4. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS DA CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL

Esta seção analisa preliminarmente alguns impactos do processo de concentração bancária no Brasil, em termos da dimensão do setor (número de bancos, agências, funcionários etc.), *market share*, grau de eficiência e desempenho, grau de concentração bancária, margem de intermediação financeira etc.

economia brasileira.indd 219 7/11/2006 17:26:39

^{*} Os dez maiores bancos de acordo com o balanço de junho de 2003.

4.1. DIMENSÃO DO SISTEMA BANCÁRIO E MARKET SHARE

Mais recentemente, acompanhando a tendência internacional e como conseqüência do processo de reestruturação bancária, o número de instituições financeiras no Brasil vem diminuindo. Dentro das características do sistema financeiro, vemos que esta queda possui dois momentos: (I) o fim da alta inflação em 1994 e a conseqüente eliminação dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, o que levou instituições que tinham como principal fonte de receitas este tipo de ganho a desaparecerem; e (II) a onda de F&As bancárias, ocorrida a partir de 1997, quando se acentuou a redução no número de instituições no sistema financeiro.

Observando na Tabela 7 o total de instituições financeiras em funcionamento no período de dezembro de 1994 a dezembro de 2004, podemos perceber que a tendência de queda se acentua a partir de 1997 devido, sobretudo, à diminuição do número de Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVM), de Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (SDTVM) e de bancos múltiplos. A diminuição no número destes bancos no período analisado é bastante relevante, caindo de 210 em 1994 para 139 em 2004, em função principalmente do processo de F&As ocorrido em particular no período 1996-2002. As motivações das F&As, já discutidas na seção anterior, resultaram, em grande parte, das medidas governamentais de ajuste do setor (PROER, PROES e abertura externa), seguidas de uma resposta do mercado.

economia brasileira.indd 220 7/11/2006 17:26:40

Tabela 7 Quantidade de instituições financeiras em funcionamento no Brasil

| Tipo | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2000 | 2001 | 2001 | 2002 | 2002 | 2003 | 2003 | 2004 | 2004 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | Dez | Dez | Dez | lun | Dez | lun | Dez | Jun | Dez | Jun | Dez | lun | Dez |
| Banco Múltiplo | 180 | 174 | 169 | 167 | 164 | 157 | 153 | 147 | 143 | 139 | 141 | 139 | 139 |
| Banco Comercial | 36 | 28 | 25 | 25 | 28 | 31 | 28 | 24 | 23 | 24 | 23 | 24 | 24 |
| Banco de Desenvolvimento | 9 | 9 | 2 | 2 | 2 | 2 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Caixa Econômica | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Banco de Investimento | 22 | 22 | 21 | 21 | 19 | 18 | 20 | 21 | 23 | 22 | 21 | 21 | 21 |
| Sociedade de CFI | 49 | 44 | 42 | 43 | 43 | 44 | 42 | 43 | 46 | 46 | 47 | 47 | 46 |
| Sociedade Corretora de TVM | 202 | 194 | 193 | 191 | 187 | 184 | 177 | 171 | 161 | 157 | 147 | 145 | 139 |
| Sociedade Corretora de Câmbio | 37 | 39 | 39 | 40 | 41 | 41 | 43 | 42 | 42 | 42 | 43 | 45 | 47 |
| Sociedade Distribuidora de TVM | 238 | 210 | 190 | 182 | 177 | 168 | 159 | 152 | 151 | 151 | 146 | 141 | 138 |
| Sociedade de Arrendamento Mercantil | 80 | 83 | 81 | 80 | 78 | 75 | 72 | 69 | 65 | 58 | 58 | 54 | 51 |
| Sociedade de Crédito Imobiliário, Associação | | | | | | | | | | | | | |
| de Poupança e Empréstimo e Sociedade | | | | | | | | | | | | | |
| de Crédito Imobiliário Repassadora | 22 | 21 | 19 | 19 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 |
| Companhia Hipotecária | 3 | 4 | 9 | 9 | _ | 7 | _ | 9 | 9 | 9 | 9 | 5 | 9 |
| Agência de Fomento | ı | 3 | 2 | 7 | 8 | 8 | 6 | 6 | 10 | 10 | 11 | 12 | 12 |
| Total | 877 | 830 | 962 | 787 | 9// | 757 | 733 | 707 | 693 | 8/9 | 999 | 959 | 646 |
| | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Banco Central.

economia brasileira.indd 221 7/11/2006 17:26:40

Com relação ao número de funcionários, a tendência de queda se mostrou bastante clara desde 1989, como mostra a Tabela 8. Este quadro reflete o movimento de redução da força de trabalho nos bancos, mais nos públicos que nos privados, que já vinha ocorrendo desde o Plano Cruzado (Paula, 1998:109). A reestruturação do setor parece estar fortemente relacionada ao corte nos postos de trabalho, como resultado da busca de maior eficiência operacional dos bancos. Os principais fatores desta tendência são (I) as novas tecnologias de comunicação e a automação bancária; (II) as novas formas de organização do trabalho, que criam grupos de trabalho com menos supervisão, dispensando cargos de chefia intermediários; (III) a terceirização, transferindo tarefas antes feitas dentro da empresa para outra firma contratada, cortando os postos e, conseqüentemente, os custos; e (IV) as F&As ocorridas recentemente, provocando o corte dos postos de trabalho que existiam em duplicidade nas empresas associadas e levando à obtenção de economias de escala e redução dos custos unitários.²²

Tabela 8 Estoque estimado de empregos no setor financeiro*

| | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | Jun / 1999 |
|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------------|
| Estoque Variação | 811.425 | 740.745 | 687.326 | 669.413 | 658.849 | 624.756 | 558.691 | 497.109 | 463.329 | 420.218 | 408.209 |
| absoluta Variação | 12.424 | -70.680 | -53.419 | -17.913 | -10.564 | -34.093 | -66.065 | -61.582 | -33.780 | -43.111 | -12.009 |
| relativa | n.d. | -8,7% | -7,2% | -2,6% | -1,6% | -5,2% | -10,6% | -11,0% | -6,8% | -9,3% | -2,9% |

Fonte: DIEESE - Linha Bancários - CAGED-MTb - Módulo 1.

Analisando o *market share* do setor bancário (Tabela 9) a partir do controle de capital, o dado que mais chama atenção é o aumento da participação dos bancos com controle estrangeiro em 1997-2001. Em dezembro de 1995 tinham apenas 8,4% do total de ativos do setor bancário brasileiro, participação que chegou a 30,0% em dezembro de 2001, diminuindo a partir de então em função da aquisição de alguns bancos estrangeiros de médio porte por parte de grandes bancos privados nacionais (Bradesco e Itaú). A participação do Banco do Brasil e da CEF variou bastante no período 1995-2003 por conta de sua reestruturação patrimonial. Ainda assim, mantiveram ao final de 2003 uma participação de 31% no total de ativos do setor bancário, percentual semelhante ao de 1995 (30%). Os bancos privados nacionais tiveram uma pequena queda em seu *market share* em 1996-1999, mas uma importante recuperação

^{*} Os valores são estimativas. A base de cálculo é o estoque em trinta e um de dezembro da RAIS, 1995.

^{22.} Para maiores informações, DIEESE, 1999.

em 2000-2003 (participação relativa de 40,8% no total de ativos em 2003), demonstrando a vigorosa reação do setor privado nacional à investida das instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro.

Tabela 9 Participação percentual das instituições nos ativos da área bancária

| Instituição | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|-------|-------|-------|
| Bancos com | | | | | | | | | |
| controle | | | | | | | | | |
| estrangeiro | 8,39 | 9,79 | 12,82 | 18,38 | 23,19 | 27,41 | 29,86 | 27,38 | 20,73 |
| Bancos privados | | | | | | | | | |
| nacionais | 39,16 | 39,00 | 36,76 | 35,29 | 33,11 | 35,23 | 37,21 | 36,93 | 40,76 |
| Bacos públicos | | | | | | | | | |
| (mais Caixa | | | | | | | | | |
| Estadual) | 21,90 | 21,92 | 19,06 | 11,37 | 10,23 | 5,62 | 4,30 | 5,87 | 5,79 |
| CEF | 16,40 | 16,47 | 16,57 | 17,02 | 17,06 | 15,35 | 10,97 | 11,66 | 13,04 |
| Banco do Brasil | 13,91 | 12,52 | 14,42 | 17,44 | 15,75 | 15,63 | 16,76 | 17,12 | 18,40 |
| Cooperativas | 3,7 | ,, | 171 | // 11 | 2.77 | <i>J</i> /-3 | - // | ,, | -71 |
| de crédito | 0,24 | 0,30 | 0,37 | 0,50 | 0,66 | 0,76 | 0,90 | 1,04 | 1,28 |

Fonte: Banco Central.

4.2. GRAU DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Com a implementação do real em julho de 1994, houve uma tendência ao aumento no grau de concentração dos bancos privados, por conta, novamente, do fim dos ganhos com a arbitragem inflacionária do dinheiro, restringindo a atividade das instituições que se utilizavam deste tipo de receita como única fonte de ganho. A partir de 1996 há uma nova tendência à desconcentração (tanto do segmento privado quanto do estatal), devido à redução na participação dos bancos oficiais no setor bancário (em parte, decorrente da privatização de bancos estaduais), do aumento da concorrência do capital estrangeiro no setor, entre outros fatores (Paula, 1998). Este movimento, contudo, é revertido a partir do segundo semestre de 1997.

A tendência à concentração se mostra clara quando analisamos a Tabela 10. A partir de 1997 observamos o aumento da concentração referente aos ativos totais nos cinco maiores grupos bancários (RC5) de 50,51% no primeiro semestre de 1997 para 59,75% no segundo semestre de 2004, e nos dez maiores (RC10), de 62,12% para 79,16% no mesmo período. Quando consideramos os dados referentes ao segmento privado, percebemos que a tendência à concentração após 1997 se mostra ainda mais acentuada, resultado esperado uma vez que este foi o segmento mais dinâmico da recente onda de F&As bancárias.

Finalmente, cabe ressaltar que a maior concentração no mercado bancário brasileiro parece evidenciar a existência de uma estrutura de mercado oligopólica, provavelmente um dos fatores de explicação dos elevados *spreads* e tarifas bancárias no país, já que as receitas não seriam suficientemente sensíveis

economia brasileira.indd 223 7/11/2006 17:26:40

a mudanças nos custos bancários. Os estudos sobre o assunto, contudo, não são conclusivos para atestar a existência de práticas monopolistas no Brasil.²³

| Tabela 10 | Indicadores | de | concentração | bancária: | ativos | totais* (| %) |
|-----------|-------------|----|--------------|-----------|--------|-----------|----|
|-----------|-------------|----|--------------|-----------|--------|-----------|----|

| Período | · | RC2 | RC5 | RC10 | RC20 |
|---------|----|-------|-------|-------|-------|
| 1998 | I | 33,12 | 53,21 | 66,73 | 79,10 |
| | II | 30,89 | 49,63 | 62,19 | 73,78 |
| 1999 | I | 34,77 | 55,68 | 69,29 | 82,57 |
| | II | 33,65 | 54,36 | 68,64 | 82,94 |
| 2000 | I | 32,47 | 52,45 | 66,79 | 81,60 |
| | II | 31,59 | 55,16 | 70,70 | 86,04 |
| 2001 | I | 26,88 | 51,98 | 70,25 | 85,26 |
| | II | 28,13 | 52,53 | 69,68 | 84,45 |
| 2002 | I | 28,30 | 53,94 | 72,08 | 86,45 |
| | II | 30,83 | 58,65 | 74,79 | 88,03 |
| 2003 | I | 32,79 | 61,27 | 77,57 | 89,91 |
| | II | 33,68 | 62,06 | 79,69 | 90,65 |
| 2004 | I | 32,30 | 59,39 | 78,28 | 90,53 |
| | II | 31,64 | 59,75 | 79,16 | 90,85 |

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

Notas sobre o cálculo dos índices de concentração: 1) no período 1998-2002 foi considerado o total do setor bancário menos o BNDES; 2) No período 2003-2004 foi considerado o total do Consolidado Bancário I, que corresponde a mais de 95% do total do setor bancário e que contém os conglomerados em cuja composição se verifica pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com carteira comercial além das demais instituições financeiras do tipo Banco Múltiplo com carteira comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerados; 3) para o cálculo do IHH foram utilizados, por indisponibilidade de dados para todos os bancos do sistema financeiro, apenas os 50 maiores bancos menos o BNDES. No entanto, essa simplificação não tende a comprometer os resultados, uma vez que essa mostra corresponde a mais de 95% do total de ativos do setor.

4.3. LUCRATIVIDADE, MARGEM DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E RECEITAS COM TARIFAS

Não há uma clara tendência no comportamento da margem líquida de juros no período 1998-2004,²⁴ ainda que na fase recente (2002-2004) seja observada uma elevação nesta margem, em função principalmente do comportamento dos bancos privados nacionais (Tabela 11). A margem líquida de juros pode ser interpretada *ceteris paribus* como um indicador de sucesso do banco em gerar lucros, o que é uma medida de eficiência microeconômica.

economia brasileira.indd 224 7/11/2006 17:26:40

^{23.} Ver, entre outros, Nakane, 2001, e Belaisch, 2003.

^{24.} De acordo com Belaisch (2003:7), "as margens de juros líquidas [no Brasil] como proporção do total dos ativos bancários ainda se mantêm altas se comparadas às de outros países latino-americanos e ainda mais elevadas se comparadas às dos EUA, do Japão e da Zona do Euro".

No Brasil, as margens de juros líquidas dos bancos estrangeiros têm sido em média maior que as dos bancos privados nacionais, enquanto que as dos bancos federais têm sido baixas. O possível incremento da competição bancária que resulta da entrada de bancos estrangeiros não tem causado um declínio nesta margem, o que, de acordo com as evidências da literatura econômica, seria esperado (Claessens et al., 1998). Alta lucratividade bancária, contudo, expressa elevadas taxas de juros e *spreads* bancários durante o período analisado, o que só pode ser entendido se forem consideradas as características específicas do contexto macro-institucional do Brasil, que têm permitido aos bancos a combinação de liquidez e rentabilidade na composição de seu portfólio.²⁵

A lucratividade tem sido maior nos bancos privados que nos públicos (Tabela 12). Nos primeiros, é determinada pelo desempenho das três maiores instituições (Bradesco, Itaú e Unibanco) e tem sido bem mais elevada e estável que a dos bancos estrangeiros no período analisado. De fato, os bancos privados nacionais têm reagido positivamente à entrada de bancos estrangeiros, obtendo economias de renda por meio de atividades de venda cruzada e, ao mesmo tempo, tomando parte ativamente da recente onda de F&As no país. Deve ser destacado, além disso, o crescimento da rentabilidade dos bancos federais no período recente, como resultado de uma gestão de mercado nestes bancos nos últimos anos.

Enfim, há uma tendência de crescimento das receitas de tarifas nos três segmentos do setor bancário brasileiro (federal, estrangeiro e privado nacional) devido à maior diversificação de negócios dos grandes bancos universais varejistas. Pelos padrões internacionais, entretanto, a participação relativa das receitas de tarifas ainda é relativamente baixa, mesmo que venha aumentando de maneira significativa nos últimos anos, provavelmente por conta do fato de as atividades de intermediação financeira serem ainda a maior fonte de receita dos bancos brasileiros.

economia brasileira.indd 225 7/11/2006 17:26:41

^{25.} Segundo Paula e Alves Júnior (2003:347), "o comportamento dos bancos no Brasil tem sido determinado pelo contexto macroeconômico-institucional específico da presente fase da economia brasileira. De fato, o entorno macroeconômico tem mostrado uma influência decisiva em tal comportamento (...), com os bancos obtendo vantagens com a alta taxa de juros e as condições sob as quais o governo gerencia a dívida interna".

^{26.} Segundo Paula (2002a:87), o melhor desempenho dos grandes bancos nacionais privados pode ser atribuído a "diferenças culturais e ao alto nível de desenvolvimento e sofisticação do setor bancário no Brasil, que resultou de sua habilidade de se adaptar ao período de alta inflação".

Tabela 11 Margem de intermediação financeira e receita com tarifas dos bancos selecionados (%)

| Semestre / | Marger | n de inter | mediação | financeira | Receita | s com tari | fas / receit | as totais |
|--------------|--------|------------|----------|------------|---------|------------|--------------|-----------|
| ano | BPF | BPN | BPE | Total | BPF | BPN | BPE | Total |
| Jun / 1998 | 1,39 | 2,58 | 3,11 | 1,93 | 9,07 | 11,53 | 11,8 | 8,64 |
| Dez / 1998* | 1,14 | 2,55 | 2,83 | 2,15 | 8,78 | 12,38 | 9,89% | 8,79 |
| Jun / 1999 | 0,71 | 2,32 | 4,94 | 2,67 | 7,11 | 8,07 | 5,29 | 5,78 |
| Dez / 1999 | 1,85 | 2,67 | 3,47 | 2,63 | 10,68 | 14,09 | 9,65 | 9,85 |
| Jun / 2000 | 1,80 | 2,55 | 2,28 | 2,35 | 14,05 | 14,43 | 9,82 | 11,21 |
| Dez / 2000 | 1,68 | 2,28 | 0,58 | 1,96 | 13,03 | 14,16 | 7,62 | 10,54 |
| Jun / 2001** | 0,17 | 2,16 | 3,21 | 1,78 | 12,88 | 12,52 | 8,20 | 9,93 |
| Dez / 2001 | 1,71 | 2,89 | 3,40 | 2,40 | 14,81 | 12,01 | 9,37 | 10,50 |
| Jun / 2002 | 2,18 | 1,85 | 3,44 | 2,52 | 15,05 | 11,42 | 8,01 | 9,65 |
| Dez / 2002 | 2,61 | 2,31 | 4,99 | 3,28 | 11,87 | 10,36 | 6,54 | 8,20 |
| Jun / 2003 | 2,50 | 2,65 | 3,20 | 2,76 | 13,13 | 12,55 | 10,75 | 10,94 |
| Dez / 2003 | 2,64 | 2,91 | 3,76 | 3,10 | 14,75 | 14,09 | 13,43 | 12,67 |
| Jun / 2004 | 2,24 | 2,66 | 3,78 | 2,73 | 16,55 | 15,35 | 13,38 | 13,84 |
| Dez / 2004 | 2,57 | 3,56 | 3,15 | 3,07 | 17,49 | 14,84 | 15,84 | 14,43 |

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

Obs.: BPN são os quatro maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra). BPE são os seis maiores bancos estrangeiros (Santander, ABN Amro, Bankboston, HSBC, Citibank e Sudameris até dezembro de 2003). BPF são os dois maiores bancos públicos federais (Banco do Brasil e CEF). O total inclui todos os conglomerados financeiros públicos e privados.

economia brasileira.indd 226 7/11/2006 17:26:41

^{*} Exclui o ABN Amro, cujos dados foram comprometidos por conta da absorção do Banco Real.

^{**} Exclui o Santander, cujos dados foram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

| Semestre / | ROA | | | | ROE | | | |
|--------------|-------|------|------|-------|--------|-------|-------|-------|
| | 1071 | | | | NOL | | | |
| | BPF | BPN | BPE | Total | BPF | BPN | BPE | Total |
| Jun / 1998 | 0,25 | 0,72 | 0,50 | -0,02 | 5,52 | 7,95 | 6,34 | -0,28 |
| Dez / 1998* | 0,27 | 1,18 | 0,42 | 0,54 | 6,46 | 11,43 | 4,75 | 6,84 |
| Jun / 1999 | 0,26 | 1,16 | 1,11 | 1,11 | 6,41 | 11,48 | 11,38 | 13,04 |
| Dez / 1999 | 0,22 | 1,12 | 0,36 | 0,52 | 4,92 | 10,20 | 3,57 | 5,81 |
| Jun / 2000 | 0,18 | 1,21 | 0,36 | 0,60 | 4,32 | 11,38 | 4,03 | 7,08 |
| Dez / 2000 | 0,32 | 1,09 | 0,51 | 0,35 | 7,71 | 10,58 | 5,24 | 4,15 |
| Jun / 2001** | -1,69 | 1,26 | 0,98 | 0,25 | -33,03 | 12,19 | 10,87 | 2,79 |
| Dez / 2001 | 0,18 | 1,34 | 0,94 | 0,48 | 3,83 | 12,27 | 10,12 | 5,24 |
| Jun / 2002 | 0,49 | 0,91 | 1,48 | 0,93 | 11,29 | 8,57 | 14,73 | 10,20 |
| Dez / 2002 | 0,52 | 0,98 | 1,84 | 0,94 | 12,45 | 10,39 | 16,54 | 10,75 |
| Jun / 2003 | 0,57 | 1,07 | 0,78 | 0,79 | 11,97 | 9,96 | 5,96 | 8,37 |
| Dez / 2003 | 0,54 | 0,73 | 0,75 | 0,74 | 11,47 | 7,07 | 5,59 | 8,03 |
| Jun / 2004 | 0,52 | 1,08 | 0,79 | 0,77 | 10,75 | 10,28 | 6,49 | 8,57 |
| Dez / 2004 | 0,62 | 1,59 | 0,48 | 0,93 | 11,55 | 14,19 | 3,77 | 9,62 |

Tabela 12 Lucratividade dos maiores bancos no Brasil, 1998-2004 (%)

Fonte: elaboração própria com base em dados do Banco Central.

Obs.: ROA é a lucratividade do ativo. ROE é a lucratividade sobre o patrimônio. BPF, BPN e BPE, ver observações da Tabela 11.

À GUISA DE CONCLUSÃO, ALGUMAS ESPECIFICIDADES DO CASO BRASILEIRO

Da análise e das evidências apresentadas, podemos extrair conclusões com relação a algumas especificidades do processo de consolidação bancária brasileira.

De modo geral, o Brasil acompanhou algumas tendências comuns da consolidação bancária dos países desenvolvidos e dos países emergentes, dentre as quais se destacam a redução do total de instituições financeiras e o aumento no grau de concentração bancária. Contudo, esta tendência não se verificou em sua plenitude, já que a margem de intermediação financeira tem se mantido alta, como resultado, além de outros fatores, do contexto de instabilidade macroeconômica que tem caracterizado a economia brasileira nos últimos anos e do forte crescimento da dívida pública. As receitas com tarifas, embora tenham crescido ultimamente, ainda têm uma participação relativamente baixa no total das receitas bancárias, o que é explicado, em parte, pelas altas receitas proporcionadas pela intermediação financeira.

A consolidação bancária no Brasil, como em outros países da América Latina, foi inicialmente do tipo *resposta a estruturas bancárias frágeis*, pois, em boa medida, foi resultado de iniciativas tomadas pelo governo a partir da

economia brasileira.indd 227 7/11/2006 17:26:41

^{*} Exclui o ABN Amro, cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banco Real.

^{**} Exclui o Santander, cujos dados ficaram comprometidos por conta da absorção do Banespa.

(quase) crise bancária de 1995, em particular por meio de programas específicos de reestruturação bancária (PROER e PROES) e da flexibilização das normas de entrada de bancos estrangeiros. Num segundo momento, paulatinamente este processo foi também conduzido pelo mercado através de uma onda de F&As liderada por bancos estrangeiros e por bancos privados nacionais.

Também como em outros países da América Latina (Argentina e México), a penetração de bancos estrangeiros no mercado bancário doméstico, resultado tanto do processo de expansão internacional de alguns conglomerados financeiros quanto de uma flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiros, foi um dos fatores determinantes do processo de consolidação bancária.

Uma forte especificidade do caso brasileiro foi a vigorosa reação dos bancos privados nacionais à entrada dos bancos estrangeiros, participando inicialmente de forma ativa da onda de F&As, realizando importantes aquisições, e posteriormente, a partir da retração dos bancos estrangeiros, passando até a comandar este processo.

economia brasileira.indd 228 7/11/2006 17:26:41

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELAISCH, A. "Do Brazilian Banks Compete?". IMF Working Paper 03 / 113. 2003.
- BERGER, A. N. "The Big Picture of Bank Diversification". Mimeo. 2000.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. *66th Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements, 1996.
- ——. Quarterly Review, ago. 1999.
- ——. 71st Annual Report. Basel: Bank for International Settlements, 2001.
- ——. *73rd Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements, 2003.
- ——. *74th Annual Report*. Basel: Bank for International Settlements, 2004.
- CARVALHO, F. C. "The Real Stabilization Plan and the Banking Sector in Brazil". *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, v. LI, 206, set. 1998, pp. 291-326.
- CLAESSENS, S.; DERMIGUÇ-KUNT, A. & HUIZINGA, H. "How Does Foreign Entry Affect the Domestic Banking Market?" World Bank discussion paper. Washington, D. C.: The World Bank, 1998.
- DIEESE. "Evolução recente do emprego bancário no Brasil". Online: disponível na Internet via http://www.bancariosbh.org.br/demissoes/empregobancario.htm. Belo Horizonte: nov. 2002.
- DYMSKI, G. A. The Bank Merger Wave: the Economic Causes and Social Consequences of Financial Consolidation. Armonk / London: M. E. Sharpe, 1999.
- EUROPEAN CENTRAL BANK. "Merger and Acquisitions Involving the EU Banking Industry: Facts and Implications". Online: disponível na Internet via http://www.ecb.int. ago. 2002.
- GROUP OF TEN. "Report on Consolidation in the Financial Sector". Online: disponível na Internet via http://www.bis.org. jun. 2002.
- HAWKINS, J. & MIHALJEK, D. "The Banking Industry in the Emerging Markets Economies: Competition, Consolidation and Systemic Stability". BIS Paper n. 4. Basel: Bank for International Settlements, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / DEPARTAMENTO DE CONTAS NACIONAIS. Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Departamento de Contas Nacionais, 1997.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. "International Capital Markets:

economia brasileira.indd 229 7/11/2006 17:26:41

- Developments, Prospects, and Key Policy Issues". International Monetary Fund, c. 5, jun. 2002.
- NAKANE, M. I. "A Test of Competition in Brazilian Banking". Working Papers Series n. 12. Brasília: Banco Central do Brasil, mar. 2001.
- PAULA, L. F. "Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil". *Nova Economia*, v. VIII, 1, jun.-dez. 1998, pp. 87-116.
- ——. "Expansion Strategies of European Banks to Brazil and their Impacts on the Brazilian Banking Sector". *Latin American Business Review*, v. III, 4, 2002a, pp. 59-91.
- -----. "Expansion Strategies of Banks: Does Size Matter?" *Nova Economia*, v. XII, 2, jul.-dez. 2002b, pp. 133-146.
- —— & ALVES JÚNIOR, A. J. "Banking Behavior and the Brazilian Economy after the Real Plan: a Post Keynesian Approach". *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 227, dez. 2003.
- ——; —— & MARQUES, M. B. L. "Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)". *Estudos Econômicos*, v. 31, 2, jan.-mar. 2001, pp. 286-319.
- PUGA, F. P. "Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial". Texto para discussão n. 68. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mar. 1999.
- ROCHA, F. "Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994-2000". Nota técnica n. 11. Brasília: Banco Central do Brasil, ago. 2002, 39 p. Online: disponível na Internet via http://www.bcb.gov.br.
- SANTOMERO, A. M. & ECKLES, D. L. "The Determinants of Success in the New Financial Services Environment". *FRBNY Economic Policy Review*, out. 2000, pp. 11-23.

economia brasileira.indd 230 7/11/2006 17:26:41